

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Plano de negócios da Eletrobras volta à pauta do conselho	2
Título: Destaques	3
Título: Mario e Adriano Ometto planejam retomar usina vendida à Abengoa.....	3
Título: Obra industrial puxa expansão da Método	6
Título: Itaú cria estrutura para operar em energia	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	10
Título: Governo perdido	10
VEÍCULO: O Globo	12
Título: Pai, afasta de mim esse cálice.....	12
Título: Militar fica ferido após perseguir garimpeiros	12
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	14
Título: Muito além da discussão de taxar o Sol	14

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/01/2020****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Plano de negócios da Eletrobras volta à pauta do conselho**

Metas do novo plano incluem privatização da holding e retomada das obras da usina de Angra 3

O conselho de administração da Eletrobras deve retomar nas próximas semanas a discussão sobre o plano diretor de negócios e gestão da companhia para o período 2020-2024. A expectativa é que o documento seja aprovado ainda em janeiro. O **Valor** apurou que o plano trará um conjunto de metas, entre elas a adoção de medidas relacionadas ao plano de capitalização e privatização da holding e a solução para a retomada da construção da usina nuclear de Angra 3.

Outra meta será dedicada à inovação e tecnologia. Sobre este tema, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, já havia comentado, em evento no Rio, em dezembro, que o plano de negócios contemplará investimentos em tecnologia, entre eles automação de subestações, repotenciação de hidrelétricas e modernização de ativos de transmissão.

Ainda não há uma indicação da previsão de investimentos da Eletrobras para o período 2020-2024. No plano anterior, com horizonte 2019-2023, a estimativa de investimentos era de R\$ 30,2 bilhões. No evento no fim do ano passado, Ferreira havia dito que, com relação a 2020, a expectativa de investimentos era da ordem de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões.

Sobre o plano 2020-2024, o **Valor** apurou que o conselho de administração da companhia não concluiu no fim do ano passado a análise sobre o documento. Por este motivo, a deliberação sobre o assunto ficou para o início deste ano.

Com relação às metas do plano, a retomada das obras de Angra 3 já estava inserida no plano 2019-2023. Naquele documento, a Eletrobras previa investimentos de R\$ 12 bilhões para o empreendimento no horizonte do plano. Não se sabe ainda se este valor será modificado na nova versão do plano.

A retomada das obras de Angra 3 depende ainda da definição pelo governo do modelo econômico que viabilizará a implantação da usina. O governo também deverá realizar ainda uma chamada pública internacional para a seleção do parceiro estrangeiro para a conclusão do projeto.

Da mesma forma, no caso da capitalização e privatização da Eletrobras, a companhia também depende de um fator externo: a aprovação, pelo Congresso

Nacional, do projeto de lei 5.877/2019. O texto, porém, ainda não teve sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados.

Do ponto de vista estratégico, o novo plano manterá a meta da companhia de estar entre as três maiores empresas globais de energia renovável, em 2030. Hoje, a estatal está entre as cinco maiores do setor mundialmente.

Maior elétrica da América Latina, a Eletrobras responde por cerca de um terço do parque gerador brasileiro e por aproximadamente metade de todo o sistema de transmissão do país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/01/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Aramco vende lote extra

A petroleira estatal saudita Saudi Aramco informou ontem que exerceu sua opção de vender 450 milhões de ações extras em sua oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês). Com isso, arrecadou mais US\$ 3,8 bilhões, elevando o valor de IPO para US\$ 29,4 bilhões. O detentor do recorde anterior era a chinesa Alibaba, que levantou US\$ 25 bilhões ao abrir o capital em 2014. As ações da petroleira tiveram desempenho inicial forte, em parte porque as famílias sauditas e os fundos do governo foram convidados a comprar ações para elevar o “valuation” (avaliação do valor da companhia) ao nível cobiçado de US\$ 2 trilhões, informou o Wall Street Journal. Mais recentemente, os papéis da empresa operaram sob pressão em meio às tensões entre Estados Unidos e Irã. Os US\$ 3,8 bilhões extras do IPO da Aramco fornecem mais dinheiro para gastar no mercado interno e impulsionar a economia local.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/01/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Mario e Adriano Ometto planejam retomar usina vendida à Abengoa

Mario Dedini Ometto e seu filho, Adriano Gianetti Dedini Ometto, querem comprar de volta uma das usinas que venderem à espanhola Abengoa depois que colocaram um ponto final numa briga jurídica com o grupo estrangeiro que se estendeu por 12 anos. Os dois empresários planejam apresentar uma proposta pela Usina São Luiz, em Pirassununga (SP), dentro do leilão judicial da unidade. Para isso, procuram um sócio dos setores de energia ou combustíveis, segundo uma fonte a par das negociações.

A usina é considerada estratégica. Além de ter um parque industrial moderno, que inclui uma planta de cogeração de energia a partir do bagaço da cana, também está próxima do terminal da Petrobras em Paulínia e do eixo Rio-São Paulo, principal polo consumidor de combustíveis do país, o que confere vantagem competitiva ante outras unidades também à venda.

Além disso, os Ometto contam com sua experiência na área e o conhecimento da usina, construída por eles próprios, para atrair sócios em sua empreitada, que poderá custar US\$ 200 milhões conforme valores praticados atualmente no mercado - cerca de US\$ 60 por tonelada de cana moída, sendo que a São Luiz tem capacidade para processar mais de 3 milhões de toneladas por safra. Cogitam inclusive empresas de capital estrangeiro que queiram firmar parcerias, segundo a mesma fonte.

A efetivação da investida aguarda uma definição jurídica sobre o plano de recuperação judicial da Abengoa Bioenergia, que foi aprovado no começo do segundo semestre de 2019 mas ainda não foi homologado, o que trava o agendamento do leilão. A venda da Usina São Luis, livre de passivos, estava prevista assim que a companhia entrou em recuperação judicial, em 2017. A viabilização do leilão, porém, encontrava mais entraves.

Um deles era o fato de Mario - primo de primeiro grau de Rubens Ometto, controlador da Cosan - e Adriano Ometto serem donos de parte do terreno sobre o qual foi construída a usina e de boa parte das terras nos arredores da unidade, o que os tornavam fornecedores indispensáveis para garantir o funcionamento da planta. Assim, qualquer investidor que quisesse adquirir a usina dependeria dos empresários. Mas esse problema foi contornado.

Ao longo da recuperação, a Abengoa Bioenergia enfrentou não apenas a dificuldade em negociar com os credores, muitos dos quais extraconcursais (que não são submetidos às regras da recuperação e não votam o plano), como a beligerância de um credor em particular, o China Construction Bank (CCB), que

chegou a acusar a empresa espanhola de favorecer parte dos credores e a derrubar temporariamente a proteção contra execuções judiciais.

Em setembro, a companhia enfrentou outro revés. A primeira turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) que anulou uma decisão arbitral estrangeira que havia dado vitória à holding dona da Abengoa Bioenergia contra Adriano Ometto. Na prática, o empresário escapou de pagar uma indenização de US\$ 100 milhões reivindicada pela Abengoa por supostas irregularidades no contrato de venda de usinas à múlti, em 2007.

A pressão financeira sobre a Abengoa Bioenergia, porém, não era favorável aos Ometto. A Adriano Ometto Agrícola, de pai e filho, figuravam entre os credores da companhia em recuperação, mas tinham inicialmente apenas R\$ 6,8 milhões a receber, pouco dentro de toda a dívida concursal, que superava R\$ 1 bilhão. Uma falência da companhia - e uma eventual paralisação da unidade - não só dificultaria o recebimento dos créditos, mas, principalmente, levaria a uma brutal desvalorização dos 10 mil hectares que ambos e outros familiares diretos têm nos arredores da Usina São Luiz.

Para impedirem a falência da Abengoa Bioenergia, pai e filho adquiriram os créditos do CCB. Com a transação (reportada nos autos do processo, mas mantida em sigilo), a Adriano Ometto Agrícola tornou-se credora de R\$ 56,7 milhões - parte em crédito concursal dentro da recuperação da Abengoa Bioenergia Inovações (que não teve seu processo consolidado substancialmente nos das demais empresas da companhia) e parte em crédito extraconcursal com a Abengoa Bioenergia Brasil, segundo outra fonte.

Os dois empresários firmaram um acordo com a direção da companhia e acertaram a troca de terras que a Abengoa detinha em áreas urbanas de Pirassununga e Santa Cruz das Palmeiras pelo terreno onde a Usina São Luiz foi construída. Também acertaram o fim de todas as ações judiciais relacionadas que corriam paralelamente ao contencioso histórico, colocando um ponto final na disputa sobre a compra de usinas ocorrida há mais de dez anos.

Com os acertos, os Ometto realizaram um acordo nos autos que, na prática, tornou a recuperação da Abengoa Bioenergia Inovações equivalente à da Abengoa Bioenergia Brasil, que teve seu plano aprovado em agosto.

E, para garantir a aprovação do plano com os demais credores, Mario e Adriano fizeram, ainda, “acordos informais” com outros credores para garantir votos

favoráveis ao plano, segundo uma fonte. Assim, o leilão da São Luiz agora depende da definição do juiz do processo sobre a homologação do plano. Procurado, Leandro Chiarottino, advogado dos Ometto, disse que não comentaria o assunto “visto que ainda não foi realizado o leilão da UPI [unidade produtiva isolada] da Usina São Luiz”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Chiara Quintão — De São Paulo

Título: Obra industrial puxa expansão da Método

A Método Potencial Engenharia - que tem como principal atuação o segmento de obras industriais - se prepara para seu terceiro ano consecutivo de crescimento, puxado pelo setor de óleo e gás. Com as contratações já fechadas, a empresa estima que, no período de julho de 2019 a junho deste ano, retomará o faturamento de R\$ 1,6 bilhão registrado em 2014, ano de seu melhor desempenho.

“Com certeza, o faturamento de 2020 será maior do que o de 2019”, afirma o presidente da Método, Hugo Rosa. Sem considerar novos contratos, o faturamento previsto para o primeiro semestre é de R\$ 830 milhões. O desempenho na segunda metade de 2020 depende da concretização de alguns negócios em tratativas e de definição judicial em relação à licitação de iluminação pública do Rio de Janeiro.

A Método tem ganhado participação em obras industriais como em decorrência de as grandes construtoras - Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, OAS e Queiroz Galvão - terem se envolvido na operação Lava-Jato, perdendo fôlego em seus negócios. “Temos experiência de engenharia e estruturação de projetos, além de capacidade de mobilização de capital”, diz o diretor superintendente da Método, Ivo Vieitas Jr. Essa combinação tornará possível, segundo o executivo, que a Método “conquiste seu sonho de ser a melhor empresa de negócios ligada à engenharia do mercado”.

A principal referência que se tem da Método é a da sua atuação em construção civil, mas o segmento industrial passou a responder pela maior fatia do faturamento desde que a empresa ganhou, em 2017, em parceria com a chinesa Shandong Kerui, concorrência por contrato de obras da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), no valor de R\$ 2 bilhões. Em 2014, a área de construção respondia por 60%, mas as contratações encolheram com a crise do setor devido à deterioração da economia.

No ano passado, o segmento industrial foi responsável por 70% do faturamento. Construção ficou com os 30% restantes. A estratégia de ter forte atuação na área industrial foi traçada desde 2009, quando a Método comprou a Potencial Engenharia, especializada em óleo e gás. A consolidação das duas empresas ocorreu em 2014.

De 2009 a 2014, a Método quintuplicou seu faturamento, para R\$ 1,6 bilhão. Com a crise da economia e a suspensão de contratações pela Petrobras, o faturamento caiu para R\$ 1,2 bilhão, em 2015, para R\$ 600 milhões, em 2016, e para R\$ 300 milhões, em 2017. No ano seguinte, a Método voltou a ter faturamento crescente, chegando a R\$ 500 milhões. Em 2019, o número dobrou para R\$ 1 bilhão. Os valores incluem as participações em consórcios - a Método costuma atuar em parceria com outras empresas.

“A Petrobras retomou contratações, e grandes empreiteiras que estão na Lava-Jato não participaram das disputas”, diz Rosa. Segundo ele, a Método está presente, há 15 anos, em alguns dos ativos que a estatal pretende privatizar.

No ano passado, a Método fechou 20 contratos, com destaque para o segmento de óleo e gás. Em março, entra em vigor um deles, com valor de R\$ 155 milhões, para descomissionamento da plataforma fixa da Petrobras instalada no campo de Cação, no Espírito Santo. A licitação foi vencida por consórcio formado pela empresa com a Triunfo Logística e com a Shore. Este é o primeiro contrato de desmontagem de plataformas da Petrobras.

A Método pretende participar das demais licitações para descomissionamento de plataformas, de acordo com Vieitas, levando como suporte a experiência obtida no primeiro projeto.

Sem considerar Petrobras, os novos contratos da Método somam cerca de R\$ 400 milhões. Um deles se refere à prestação de serviços de construção e montagem durante parada geral de manutenção da unidade da Braskem, no Polo Petroquímico do Grande ABC, ao longo deste ano. Com a Enesa, foi fechado contrato de construção e montagem de unidade para produção de gás natural no Estado do Amazonas.

Para a Companhia Gás de São Paulo (Comgás), a Método está construindo a rede de distribuição de gás encanado para abastecer residências em São José dos Campos (SP). Trata-se de projeto piloto que poderá ser replicado para outros municípios. Não existe acordo de exclusividade com a Comgás.

A Método está se preparando para atuar também em projetos de dessalinização da água do mar para torná-la potável. “Em algumas regiões do país, a dessalinização será necessária no futuro”, ressalta o presidente.

Na construção, a presença da Método ocorre, principalmente, em edificações complexas, como instalações industriais, hospitais e escritórios de alto padrão. “Temos enormes projetos no pipeline, como a expansão de um grande parque industrial do setor automobilístico”, conta Vieitas. Há negociações de projetos de hospitais e de empreendimentos para o setor de educação em São Paulo e outras localidades.

No mercado corporativo paulistano, diante da redução da taxa de vacância de escritórios comerciais e do início de aumento de preços pedidos para locação nas regiões “premium”, empresas de propriedades comerciais e investidores começam a avaliar a retomada de projetos, o que poderá gerar novos contratos para a Método.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/01/2020

Seção: Finanças

Autor: Talita Moreira — De São Paulo

Título: Itaú cria estrutura para operar em energia

O Itaú Unibanco vai entrar no setor elétrico, de olho numa maior abertura do mercado livre nos próximos anos. Os planos são ambiciosos. O maior banco do país está montando uma comercializadora, quer desenvolver produtos relacionados à commodity e não descarta, no futuro, vender energia diretamente a seus clientes pessoa física por meio de aplicativo.

O primeiro passo concreto é a abertura de uma mesa de comercialização de energia, confirmou o banco ao **Valor**. Esse movimento depende ainda de autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e de uma comunicação ao Banco Central (BC), mas a expectativa do Itaú é que a área se torne operacional no fim do primeiro semestre.

Para conduzir a estratégia, o Itaú contratou Oderval Duarte, especialista em energia que montou e liderou, durante 15 anos, a mesa de comercialização do ativo no BTG Pactual. O executivo chegou ao banco na semana passada para ser o titular da recém-criada diretoria de comercialização de energia, que ficará vinculada à tesouraria.

“O objetivo de curto prazo é que o banco seja uma contraparte relevante de nossos clientes nas operações de compra e venda de energia”, afirma Duarte, em entrevista ao **Valor**.

No mercado de energia livre, há muita volatilidade de preços e, no diagnóstico do banco, uma estrutura de garantias inadequada. É nesse espaço que o Itaú pretende entrar, usando seu balanço para mitigar riscos de clientes. “No fim das

contas, é um mercado com risco de crédito”, diz Christian Egan, diretor-executivo de mercados globais e tesouraria do Itaú BBA.

Os executivos apostam numa aproximação entre os mercados financeiro e de energia ao longo dos próximos anos no Brasil. A ideia, segundo Egan, é que o Itaú seja parte importante desse processo. “Acreditamos que esse mercado vai se desenvolver, da mesma forma que se viu com outros mercados, como o de títulos públicos. Queremos contribuir. Temos profundo conhecimento setorial, fortaleza de balanço e experiência em gerenciamento de riscos”, diz o responsável pela tesouraria.

O mercado livre movimenta mais de R\$ 130 bilhões por ano e representa 30% da energia consumida no país, mas a comercialização do ativo ainda é pouco sofisticada, feita em balcão. Não há um preço de tela para a commodity nem uma oferta de derivativos relacionados. Porém, existem discussões no governo e na Aneel para aprimorar o sistema de garantias, o que ajudaria a criar um ambiente mais favorável. Caso se avance nesse caminho, o natural é que lá na frente haja uma bolsa de energia e uma clearing que faça as vezes de contraparte central, mitigando os riscos financeiros.

Enquanto isso, a regulamentação já está mudando no sentido de estender o mercado livre - em que o cliente pode escolher seu fornecedor - a um número maior de consumidores. Em dezembro, uma portaria do **Ministério de Minas e Energia** determinou que, partir de 2023, já serão consumidores livres todos aqueles com demanda superior a 500 kW (uma empresa de pequeno porte). O mesmo documento prevê a realização de estudos com vistas a abrir o mercado para clientes residenciais a partir de 2024.

Essa abertura, de acordo com Duarte, vai criar novas possibilidades de serviços para o Itaú - inclusive a venda de energia para os clientes pessoa física da instituição. “Por que não ter um botãozinho no aplicativo em que você consegue comprar sua própria energia?”, sugere.

Mas isso não é para já. Por enquanto, a estratégia do banco está voltada aos clientes do atacado, sejam eles grandes consumidores de energia ou empresas do setor elétrico. De acordo com Egan, a oferta de produtos de energia vai complementar a atuação do Itaú BBA em crédito, mercado de capitais e financiamento de projetos. “Posso, por exemplo, financiar a implantação de um parque eólico e comprar a energia que ele gerar”, diz.

Com uma equipe que deverá ter entre dez e 15 pessoas, a mesa vai atuar no mercado brasileiro. Por enquanto, não há planos de levar o modelo a outros países da América Latina em que o Itaú tem operação.

A nova área não é a única incursão do Itaú no setor elétrico. Em dezembro de 2018, o banco fez aporte de R\$ 600 milhões na Energisa Participações, ficando com 12,3% do capital total. No fim do ano passado, injetou R\$ 1 bilhão na Equatorial Distribuição, ficando com 9,9% da empresa, que atua no Maranhão e no Pará. Nos dois casos, as operações tiveram o objetivo de melhorar a liquidez das companhias.

Segundo Egan, essas são estratégias do banco de investimentos do Itaú BBA, e não têm relação com a estratégia do banco para a comercialização de energia.

Em outra frente, a Itaúsa - holding controladora do Itaú - fez uma grande aposta no setor de gás liquefeito de petróleo (GLP) no ano passado. A companhia adquiriu 49% da Copagaz, que por sua vez liderou o consórcio vencedor da disputa pela Liquigás. A empresa da Petrobras foi vendida por R\$ 3,7 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/01/2020

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Governo perdido

No início de seu segundo ano, o governo de Jair Bolsonaro dá claros sinais de estar sem rumo definido. A cada semana surgem novas medidas e ações, absolutamente pontuais e sem um objetivo comum. Além de tirar eficácia da ação estatal, essa falta de coordenação provoca atritos e tensões absolutamente desnecessários entre órgãos do governo. Não há tempo a perder. A situação econômica e social do País exige um governo federal capaz de definir e enfrentar as prioridades nacionais, sem desperdiçar energias em ações que não apenas não trazem benefícios relevantes, como são, em muitos casos, atalhos para o atraso. Por exemplo, o presidente Bolsonaro deseja conceder subsídio na conta de luz para templos religiosos de grande porte, revelou o Estado.

Para tanto, Bolsonaro solicitou ao **Ministério de Minas e Energia** a minuta de um decreto contendo o agrado às igrejas. A ideia é que os templos paguem tarifas mais baratas no horário de ponta, semelhantes às cobradas durante o dia. O valor que as igrejas deixariam de pagar seria custeado por outros consumidores. Como era previsível, a equipe econômica manifestou resistência à proposta do subsídio na conta de luz para as igrejas. O ministro da Economia, Paulo Guedes, sempre defendeu a necessidade de reduzir esse tipo de benefício. A benesse às igrejas tem um impacto tarifário direto, sendo a energia um dos insumos fundamentais para a atração de investimentos e, consequentemente, para a retomada do crescimento econômico. Estima-se em

R\$ 22 bilhões anuais o total dos benefícios embutidos na conta de luz e repassados para os consumidores.

Também contrário ao subsídio, o Tribunal de Contas da União (TCU) já orientou o Poder Executivo, em outras ocasiões, de que não pode ser criado benefício sem dotação orçamentária. Outra medida, absolutamente pontual e sem nenhuma conexão com as prioridades do País, foi a extinção do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), decretada por meio da Medida Provisória (MP) 904/19. O seguro oferece coberturas para danos por morte e invalidez permanente, bem como reembolso de despesas médicas e hospitalares, em razão de acidentes de trânsito. Em dezembro, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a eficácia da MP 904/19, por entender que a matéria deve ser regulada por lei complementar, não cabendo alterá-la por meio de MP.

Agora, durante o período de recesso do Judiciário, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, deu outra liminar sobre o caso, reconhecendo a competência do Conselho Nacional de Seguros Privados para reduzir o valor do DPVAT. Por iniciativa do governo, instaurou-se uma confusão absolutamente desnecessária sobre o DPVAT. Vale lembrar que a extinção do seguro também desorganizava a emissão dos papéis relativos à documentação de veículos em todo o País. Por força de convênio com o Denatran, a Seguradora Líder era responsável por emitir esses documentos. Com a MP 904/19 em vigência, não se sabia quem ficaria encarregado dessa atribuição. O governo precisa ter cuidado com suas ações. Construir exige tempo, plano, recursos e execução adequada. Destruir ou desorganizar é muito mais fácil. Além disso, medidas descoordenadas produzem danos muito além de suas respectivas áreas.

No início do segundo ano de mandato, era de esperar que o presidente Jair Bolsonaro, com a experiência adquirida em um ano no Palácio do Planalto, estivesse mais apto a dar um rumo para o governo. Até agora, isso não foi visto. Jair Bolsonaro fez ultimamente várias ações; por exemplo, editou MP para aumentar benefício de alguns delegados federais; interferiu por MP nas regras de escolha dos dirigentes das universidades federais; comprometeu-se a dar reajuste aos agentes de segurança do DF. No entanto, tais medidas, em vez de mostrarem que o governo federal está enfrentando os problemas nacionais, transmitiram a mensagem inversa. São abundantes os sintomas de que o governo está perdido. Mas há reformas a serem feitas, e este é o caminho óbvio que o País deve seguir. Há um país a ser governado. Basta querer fazê-lo.

VEÍCULO: O Globo**Data: 13/01/2020****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Pai, afasta de mim esse cálice**

Semana passada, Bolsonaro, a exemplo do apóstolo Pedro, negou três vezes que vá interferir no preço dos combustíveis. E que em abril de 2019, como se sabe, o presidente “dilmou” fazendo Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras, recuar no aumento do diesel. Mas o chamado intervencionismo nos preços dos combustíveis é moléstia tão antiga quanto a própria Petrobras, criada em 1953.

É que...

.. em 2002, Fernando Henrique fez uma lei que retirava do governo o poder para influir nos preços de produtos de petróleo. Somente a diretoria executiva da estatal tem poderes para tal. Nem o Conselho de Administração poderia interferir (onde o governo tem representantes) . Só que nos governos Lula e Dilma, uma parte da diretoria da Petrobras tinha outras prioridades. Você sabe.

VEÍCULO: O Globo**Data: 13/01/2020****Seção: O País****Autor:****Título: Militar fica ferido após perseguir garimpeiros**

Barco do Exército que fiscalizava exploração ilegal da terra indígena Ianomâmi foi atingido por outra embarcação

Dois militares do Exército ficaram feridos durante uma perseguição a garimpeiros no Rio Uraricoera, região da Terra Indígena Ianomâmi, em Roraima, na noite de sábado. Um cabo, segundo o Exército, teve perfurações nas costas, passou por cirurgia e permanece estável, internado em um hospital local. Na ação, um soldado também ficou ferido no rosto. As informações são do G1.

Ontem, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva informou que três embarcações com garimpeiros tentavam subir o rio sem passar pelo posto de fiscalização do Exército. Para abordá-los, militares em dois barcos seguiram as embarcações. Ainda de acordo com o Exército, os garimpeiros aceleraram e intencionalmente chocaram suas embarcações contra as da fiscalização.

A situação foi classificada pelo Exército como “extremamente grave”. O comando da Força determinou a instauração de Inquérito Policial Militar para apurar a “responsabilidade criminal dos garimpeiros” e operações de identificação e capturados acusados.

“Além do choque (contra os barcos), os garimpeiros que tripulavam as embarcações utilizaram-se de varas de madeira, normalmente usadas para o controle da ancoragem e verificação da profundidade na navegação, para atingir os militares que faziam a abordagem”, informou em nota o Exército.

O cabo, segundo o Exército, caiu na água, bateu na hélice do motor de popa dos garimpeiros e teve cortes e uma grave perfuração nas costas. O soldado, ferido no rosto, também caiu no rio.

Após a ação, os garimpeiros fugiram. Os dois militares foram levados de helicóptero a Boa Vista, onde estão sob cuidados médicos.

GARIMPEIROS PRESOS

O episódio ocorreu dois dias depois que 15 garimpeiros foram presos pelo Exército quando tentavam entrar na Terra Indígena Ianomâmi pelo Rio Mucajaí com materiais de garimpo ilegal. Seis barcos foram apreendidos na ação e um garimpeiro se feriu.

Na ocasião, garimpeiros de sete embarcações também tentaram passar pelo Posto de Verificação do Exército sem se identificar e mostrar o material que transportavam. Militares perseguiram o comboio e conseguiram prender seis barcos; um conseguiu escapar. Um garimpeiro ficou ferido na perna, mas as circunstâncias de como ele se feriu ainda não foram esclarecidas pelo Exército.

Com quase 10 milhões de hectares, a Terra Ianomâmi é a maior terra indígena do Brasil, e tem atualmente cerca de 27 mil índios. Procurados, o Planalto e o Ministério da Defesa não comentaram o caso.

O governo Bolsonaro prepara um projeto de lei a ser enviado ao Congresso que permite exploração em terras indígenas com autorização para mineração, garimpo e pecuária e hidrelétrica. O texto em discussão admite garimpos exclusivamente em zonas previamente definidas pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Nesse caso, porém, será necessário consentimento das comunidades indígenas afetadas.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 13/01/2020****Seção: Opinião****Autor: Clauber Leite (Pesquisador do idec em energia e consumo sustentável) e Tereza Liporace (Diretora Executiva)****Título: Muito além da discussão de taxar o Sol**

Ao sinalizar que manterá as regras vigentes do setor de energia solar, sem realizar um debate mais amplo, o Poder Executivo vira as costas aos interesses da maioria dos consumidores brasileiros. Mais do que isso, fecha os olhos para as importantes transformações que ocorrem no setor de energia elétrica como um todo.

A questão tem início, na realidade, bem antes da polêmica sobre o pagamento, ou não, de encargos pelos produtores de energia solar. Ela começa na maneira como se calcula a taxa de distribuição de energia, que é totalmente equivocada.

Hoje o consumidor residencial, denominado de baixa tensão, paga na fatura a TE (Tarifa de Energia), que diz respeito à quantidade de produto utilizado, e a TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição), que se refere ao uso da infraestrutura de distribuição que possibilita que a energia seja entregue no ponto de consumo. Ambas são calculadas juntas, por volume (R\$/kWh). É justificável que a TE seja calculada por quantidade, mas a segunda, não. Isso porque, quando um consumidor se conecta à rede, seu custo é fixo, não depende de quantidade de energia consumida.

Da maneira como a TUSD está sendo calculada, não se consegue saber exatamente quanto é o custo de cada conexão. É urgente que o sistema seja revisto para separar as tarifas de energia e de distribuição, como já ocorre com consumidores em média e alta tensão — indústrias e grandes comércios, por exemplo —, sujeitos à tarifa binômia (calculada em duas partes). Essa revisão se faz ainda mais essencial num provável futuro próximo de mercado livre, para que o pequeno consumidor possa de fato saber se vale a pena trocar o fornecedor de venda de energia.

É agregada a esse cenário que vem a questão da geração distribuída (GD). A inserção desses sistemas na rede elétrica geral exige mudanças estruturais. Mas, pelas normas em vigor, o que acontece na prática é que os micro e minigeradores recebem como subsídio a isenção do pagamento de um encargo relativo ao uso da infraestrutura de distribuição.

Dessa forma, impactam os demais consumidores já que, com menos usuários arcando com os valores globais, os que pagam têm custos cada vez maiores na

conta de luz. Vale ressaltar que esse subsídio não está estabelecido em lei, portanto, não há controle sobre ele, fazendo que seja extremamente regressivo, de difícil mensuração e com impacto diferente sobre os consumidores de cada concessionária.

O crescimento da participação da energia solar na matriz energética do Brasil é desejável. Porém, se mantivermos o modelo atual, os custos da infraestrutura de distribuição serão bancados pelos consumidores residenciais que não conseguem pagar o preço de instalação de painéis solares. Essa situação tende a piorar com o já previsto aumento dos sistemas fotovoltaicos, que hoje correspondem a 1% do mercado de energia. Com a consolidação do mercado e tendência à expansão, a política de subsídio precisa ser revista, respeitando, claro, prazos de contratos estabelecidos e criando um gatilho para início das mudanças, baseado no crescimento da geração distribuída.

Mas como calcular o custo de conexão dos micro e minigeradores para cobrá-los adequadamente? Voltamos ao ponto inicial: isso só será possível com a criação de uma tarifa binômia. O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 232/2016, que promove reforma do setor elétrico, pode trazer solução para essa questão ao propor, entre outras coisas, a separação da cobrança de energia e distribuição.

Vale ressaltar o trabalho que a Aneel tem feito para discutir novas regras para o setor de energia solar, o que inclui consultas e audiências públicas. Porém, o órgão precisa ser mais contundente sobre as conexões dos micro e minigeradores, assumindo a responsabilidade na definição de regras, aspectos técnicos e prazos. Hoje, quem determina tudo isso são as concessionárias de energia, e os consumidores estão à mercê de interesses empresariais.

Por isso, é hora de repensar o papel da rede de distribuição a partir das inovações em GD. Isso deve ser feito por meio de política pública robusta, encampada pelo Legislativo e a Aneel. Sua formulação precisa estar embasada em informações claras e em amplo debate — responsabilidade também dessas instituições —, permitindo tomada de decisões em benefício da sociedade como um todo, não de setores específicos. Sobretudo os interesses dos consumidores devem ser levados em consideração, pois ainda são eles que, por meio da conta de luz, bancam o sistema elétrico brasileiro com todas as contradições e injustiças.

MME / ASCOM .